

# A indústria do tabaco/cadeia produtiva do tabaco

## Para SindiTabaco, resultado da COP6 foi positivo

A comitiva que representou a cadeia produtiva do tabaco durante a COP 6 retornou ao Brasil satisfeita com os documentos aprovados que tratam dos artigos 17 e 18. Segundo o site da entidade, a comitiva entende que teve papel ativo e relevante durante a Conferência. As críticas ficaram por conta do afastamento de jornalistas das regiões fumicultoras que se deslocaram para Moscou com intenção de cobrir as decisões da COP6.

Iro Schünke, presidente do SindiTabaco e integrante da comitiva de mais de 15 representantes de entidades, bem como políticos das regiões produtoras, entende que houve equilíbrio nos resultados.

“Apesar de não termos tido o acesso às informações como gostaríamos, avaliamos que o resultado final foi equilibrado e pode ser considerado uma vitória da comitiva que esteve em Moscou e que se posicionou firmemente a favor do trabalho de 162 mil produtores de tabaco brasileiros e uma cadeia produtiva que gera renda e emprego para 651 municípios do Sul do Brasil”, avalia.

Para Schunke, outra conquista da cadeia produtiva é a participação futura de representantes dos produtores nas políticas de diversificação das áreas cultivadas com tabaco.

“A comitiva foi fundamental para que o governo brasileiro defendesse posturas equilibradas e ajustes de texto que melhoraram, por exemplo, a participação da representação dos produtores na implementação de alternativas de diversificação, o que antes não acontecia. Percebemos uma clara mudança de postura dos delegados brasileiros em função desta atuação”, sinaliza o executivo.

Para a entidade, outra preocupação era a restrição dos programas de financiamento da tabaco, o que acabou não ocorrendo. Outro motivo de comemoração está na responsabilização da indústria sobre questões sociais e ambientais de acordo com a legislação de cada país e “devidamente fundamentado em fatos”.

Entre os textos aprovados o que aborda o artigo 6 (impostos). “Como o produto já sofre uma alta taxação no Brasil, no ano passado foram mais de R\$ 10 bilhões recolhidos aos cofres públicos, o teor deste documento não deverá impactar”, avalia Schünke.

O governo brasileiro afirmou que pretende assinar o protocolo de Comércio Ilegal até 2016, ano em que deverá ocorrer a primeira COP específica sobre Combate ao Mercado Ilegal de Cigarros.

Uma das propostas que ficou pendente para a próxima COP é a questão da interferência da CQCT no comércio internacional de tabaco e em acordos bilaterais. A proposta causou polêmica e será novamente debatida na COP7, com previsão de acontecer em janeiro de 2017, na Índia (Nova Delhi).

Fonte: SindiTabaco

